

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política
Graduação em Ciência Política

Amanda Oliveira Sanfilippo

**Da zona de conforto para a zona de confronto:
reflexões sobre o uso de meios de ação disruptivos no movimento estudantil**

Brasília - DF
2016

**Da zona de conforto para a zona de confronto:
reflexões sobre o uso de meios de ação disruptivos no movimento estudantil**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília como exigência parcial
à obtenção do grau de Bacharel em Ciência
Política.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marisa von Bülow

Brasília - DF
2016

**Da zona de conforto para a zona de confronto:
reflexões sobre o uso de meios de ação disruptivos no movimento estudantil**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília como exigência parcial
à obtenção do grau de Bacharel em Ciência
Política.

PROF^a. DR^a. MARISA VON BÜLOW (Universidade de Brasília)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às pessoas
que não conhecem outra forma
de existir no mundo, senão:
resistir

AGRADECIMENTOS

Gratidão é onda que inunda o coração e faz com que ele transborde

Transbordar é ir além e se deixar sentir

Sentir é se ocupar com o eu, olhar internamente e ver que, de alguma forma, a vida ali floresce

Ocupar é resistir, resistir e existir – e a existência dói

Por diversas vezes parece que não vai ser possível

E por outras, realmente não é

Resistir – manter-se firme, conservar a si e ao outro, não ceder ou sucumbir – pode ser a própria sobrevivência

Estando a vida atrelada à resistência.

É pelo resistir que agradeço. Pela possibilidade de partilhar a existência.

Às irmãs de luta, que dividem as angústias e depositam toda fé na transformação social e em dias melhores para todas nós.

Às companheiras e aos companheiros de vida, que optaram por compartilhar comigo a existência, grata sou pelas incontáveis trocas e aprendizados.

À minha família que está por mim e comigo.

Ao Política na Escola e à Cordel de Mangaio por toda experiência vivida e pelo aprendizado gigantesco.

Aos mestres e às mestras que cruzaram meu caminho e mostraram que ensinar é uma troca de igual para igual.

À professora Marisa von Bülow por todo ensinamento, paciência e dedicação e ao professor Thiago Trindade pelo conhecimento partilhado. Sem vocês esse trabalho não seria possível.

A mim, por ter resistido, por estar aqui, por seguir mesmo que entre tantos tropeços.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso busca contribuir para o debate sobre uso de meios de ação disruptivos por parte de indivíduos que não possuem acesso privilegiado aos canais decisórios e adentrar a discussão a respeito da relação entre política e violência. Com base em teorias sobre movimentos sociais, participação política e violência foi feito um debate teórico seguido de uma análise sobre as ocupações na Universidade de Brasília (UnB) contra o Projeto de Emenda a Constituição (PEC) nº 55 de 2016 no Senado Federal (antiga PEC nº 241 de 2016 na Câmara dos Deputados) pautada em entrevistas semiestruturadas e observação participante. Nesse sentido, visa-se traçar um paralelo entre as diferentes teorias que dizem respeito aos repertórios e suas particularidades e as formas de ação tomadas pelos/as estudantes da Universidade de Brasília em contexto de ocupações.

Palavras-chave: repertório, meios de ação, violência, ocupação, Projeto de Emenda a Constituição (PEC)

ABSTRACT

The present study aims to contribute to the debate about the use of disruptive means of action by individuals who do not have privileged access to decision-making channels and to get into the discussion about the relationship between politics and violence. Based on theories on social movements, political participation and violence, a theoretical debate followed by an analysis of occupations at the University of Brasilia (UnB) against the Draft Amendment to the Constitution No. 55 of 2016 in the Federal Senate (Draft Amendment to the Constitution No. 241 of 2016 in the Chamber of Deputies) based on semi-structured interviews and participant observation. In this sense, it is intended to draw a parallel between the different theories that relate to the repertoires and their particularities and the forms of action taken by the students of the University of Brasília.

Keywords: repertory, means of action, violence, occupation, Draft Amendment to the Constitution

SUMÁRIO

Introdução	9
Metodologia	11
1. Sobre Ação Coletiva	13
1.1 Dos meios de ação	13
1.2 Da violência	18
2. Sobre as ocupações	24
2.1 Da Proposta de Emenda à Constituição	24
2.2 Dos processos	25
2.3 Da desilusão	29
2.4 Da esperança	32
2.5 Dos caminhos	34
Considerações finais	37
Apêndice	40
Mapa das ocupações na Universidade de Brasília campus Darcy Ribeiro	40
Bibliografia	41

INTRODUÇÃO

Qualquer sociedade na qual exista uma estrutura de estado é passível de que haja tensão entre essa e a sociedade civil. O conflito é parte constitutiva das sociedades, seja elas quais forem, e modelador das ações e das instituições. Não são as relações de conflito sozinhas, no entanto, que produzem uma estrutura social, essa se organiza somente por meio da união de forças de atração e repulsão. A oposição e o conflito podem dar aos indivíduos mais vitalidade, satisfação íntima, distração, equilíbrio interior e alívio (mesmo quando as vitórias não estão nítidas), sendo assim uma parte essencial das relações e estruturante da vida urbana moderna (MORAES FILHO, 1983, pp. 126-128).

Esta monografia contribui para o debate sobre o uso de meios de ação disruptivos por parte de grupos civis organizados e adentra a discussão sobre a relação entre política e violência. O principal objetivo é refletir sobre os motivos que levam pessoas que não possuem acesso privilegiado aos canais decisórios da política a optarem por meios de ação disruptivos para alcançarem o que almejam.

A violência será entendida, neste trabalho, como uma qualidade que damos para determinadas ações de acordo com o contexto no qual estamos inseridos (construção social relacionada ao entendimento dos grupos sobre as ações em determinados espaços e períodos de tempo). Dessa forma é possível que entendamos que a construção do que é ou não violência consiste em uma luta política e os movimentos sociais têm papel importante nessa, uma vez que são capazes de mover a linha do que é ou deixa de ser violência através de suas ações, e posicionamentos. Quando separamos as noções de violência e conflito temos como principal ganho a possibilidade de enquadrar a ação como não-violenta e, assim, poder legitimá-la ou não diante do poder institucional do Estado (que se entende, seguindo a famosa formulação de Weber, como detentor do monopólio da violência e único passível de exercê-la legitimamente) (MICHAUD, 1989, pp. 16-18).

O conflito como característica definidora da política é ponto causador do incômodo que se tem, no geral, ao tratar sobre política a ponto de ser negado e de que propostas sobre a possibilidade de organizações exclusivamente harmônicas sejam pautadas. O conflito pode ser entendido como fator indicador de que os interesses de um grupo não estão sendo subjugados inteiramente por outros, como já apontado por Maquiavel, sendo o antagonismo político forma de mostrar resistência aos padrões de dominação vigentes. (MAQUIAVEL apud MIGUEL, 2014, p. 33).

A violência em forma de protesto ilegal não atua isolada, pertence a um contexto no qual uma violência estrutural se faz fortemente presente e estrutura a vida daqueles que vivem sob o

julgo dela diariamente. (MIGUEL, 2014, p. 37). O foco normalmente dado à violência está naquela aberta, a que pode ser reconhecida socialmente (e facilmente) como violência, não se trata na mesma intensidade sobre a violência estrutural que reproduz as formas de dominação já existentes e que não tem efeitos tão nítidos para um olhar menos crítico (apesar de os efeitos de uma serem tão presentes quanto os da outra). Ações de violência aberta podem ter como uma de suas motivações justamente as consequências da violência estrutural que deixa marcas profundas e duradouras podendo transpassar momentos e locais. A violência estrutural está, em muitos casos, presente até naqueles organismos institucionais que atuam de forma a combater a violência aberta (MIGUEL 2015, p. 33). (MIGUEL, 2015, p. 33).

De acordo com Sidney Tarrow, as oportunidades políticas são a chave para a produção de uma política do confronto, a possibilidade de alianças e o fortalecimento ou fraquezas dos oponentes guiam a ação conflituosa. São os movimentos sociais que cristalizam essa, uma vez que são capazes de articular com outras redes sociais e adentrar estruturas produzindo ações coletivas e identidades e fortalecendo-se contra os poderosos rivais. (TARROW, 2009, p. 44).

No final do ano de 2016 a Universidade de Brasília (UnB) passou por uma situação atípica: alguns de seus prédios foram ocupados por estudantes que se colocavam contrários/as à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº55 de 2016, que tramitava no Senado, à Medida Provisória (MP) nº 746, que diz respeito à reforma do Ensino Médio, e ao Projeto de Lei do Senado nº 193 de 2016, o projeto “Escola sem Partido”. Além das pautas de cunho nacional os/as ocupantes também lutavam por mudanças na Universidade de Brasília, que perpassam por uma melhor infraestrutura (iluminação, transporte, segurança), valorização da assistência estudantil, democratização do conhecimento, entre outros.

As ocupações da UnB e seus desdobramentos dialogam de forma intensa com as teorias que dizem respeito aos movimentos sociais, repertórios de ação e violência. Diante desse cenário, o presente trabalho busca entender o porquê de pessoas em condição de *outsiders* (que não possuem acesso privilegiado aos canais decisórios) optam por meios de ação disruptivos para atingirem seus objetivos. O objeto de estudo não é composto somente por teoria advinda da literatura, percepções da autora e dos/as entrevistados/as fazem parte da construção teórica desse. Um entendimento de que a escrita se dá em relação a outras pessoas (nunca é um processo individualizado) e de que a dimensão compartilhada dessa é fruto de experiências coletivas permeia esse trabalho.

METODOLOGIA

O presente trabalho teve como base uma pesquisa qualitativa pautada na observação participativa da pesquisadora e uma série de entrevistas semiestruturadas realizadas individualmente com estudantes da Universidade de Brasília que participam de uma ou mais ocupações de prédios na Universidade e integram o movimento OcupaUnB. É importante ressaltar que esse movimento não reconhece nenhum/a ocupante como líder ou porta-voz, a divisão entre estudantes se dá em forma de comissões que ficam responsáveis por gerir coletivamente diferentes atividades (comissão de segurança, de cultura, de articulação, de estrutura e comunicação). O não reconhecimento de líderes por parte do grupo não impede que uma ou outra pessoa se destaque e assuma papel de liderança em alguns momentos (podendo essas pessoas variarem de acordo com a situação vivida e/ou o que está sendo discutido).

A presença de representantes de grupos organizados e partidos políticos se dá de forma ampla nas ocupações, muitos/as ocupantes compõem organizações e/ou partidos políticos ou são simpáticos a esses. Assim, é impossível que as ideias e vieses desses não interfiram na dinâmica das ocupações. Interesses maiores (como de escala nacional) acabam por perpassar decisões e momentos. As entrevistas, dessa forma, refletem, em alguma medida, tal heterogeneidade, entre os/as entrevistados encontram-se tanto estudantes independentes quanto componentes de alguns coletivos políticos.

A pesquisadora compõe o movimento e o acompanhou de forma atenta desde o início até a finalização deste trabalho, podendo colher dados privilegiados através de suas vivências e atuações. O entendimento sobre os vieses da pesquisa se dá pautado em autores como Álvaro Pires (2008), que resalta as transformações dentro do campo das ciências sociais, no qual a valorização da realização dessa como uma ciência natural, que deveria repousar sobre a lógica da neutralidade, tem perdido força. Atuar em campo é, certamente, interagir, trocar experiências, ensinar e aprender e a relativização da neutralidade científica se faz necessária. Eticamente bem orientado o viés, que já fora (e ainda é) entendido como grande problema, pode contar de forma favorável para o fazer ciência (PIRES, 2008, p. 44).

Em um primeiro momento foi feita uma revisão bibliográfica sobre a relação entre violência e política e, em especial, sobre ações violentas por parte de movimentos sociais e grupos sociais organizados. O conceito de repertório de ação, sob a ótica de Tilly “as maneiras através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados”, “conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha” (TILLY, apud TARROW, 2009, p. 51) será empregado como ponto de partida conceitual

para outras discussões teóricas sobre a temática de meios de ação. O trabalho, entretanto, engloba também outras formas de se pensar esses meios e as apresenta ao longo da revisão bibliográfica.

Foram realizadas cinco entrevistas com ocupantes da Universidade de Brasília ao longo do mês de novembro de 2016 visando entender melhor o meio de ação utilizado por esses para protestar (a ocupação), além de apontar possíveis entendimentos dos/as ocupantes sobre as vantagens e desvantagens dessa ação (tendo claro que essas percepções são perpassadas umas pelas outras) e tentar compreender como se dá a questão da violência nesse espaço. As entrevistas permitiram a realização de um estudo qualitativo baseado na percepção desses agentes e o formato semiestruturado foi escolhido por permitir que a entrevistadora consiga ser mais flexível nas perguntas, podendo fazer alterações de acordo com o clima da entrevista, incluir ou excluir perguntas, alterá-las, explorar mais determinado tema (GIL, 2008, pp. 109-115).

CAPÍTULO I – Sobre a ação coletiva

Dos meios de ação

Charles Tilly foi um dos grandes contribuintes teórico-metodológicos no que diz respeito aos estudos de movimentos sociais. Dentre suas conceituações, ressalta-se a noção de repertório. Tal ideia diz respeito a formas contenciosas de ação, todo o conjunto de meios que um grupo tem para apresentar demandas de diferentes tipos a diferentes indivíduos. (DELLA PORTA, 2011, pp. 1081-1083). Para esse autor é o conflito aquele fenômeno que estrutura a vida social. A partir de tal entendimento, sua Teoria do Processo Político/Teoria do Confronto Político visa explicar as mobilizações coletivas por meio do contexto político/da estrutura de oportunidades e ameaças políticas (ALONSO, 2012, p. 21). Esse trabalho, em muito, se beneficiará da produção teórica de Tilly e do seu entendimento de conflito como fator estruturante da vida social.

A noção de repertório se organiza em torno de dois aspectos orientadores principais: restrições e recursos, (DELLA PORTA, 2011, pp. 1081-1083) esses são entendidos por Tilly como variáveis importantes para a ação coletiva, assim como os interesses e as oportunidades, (BRINGEL, 2012, p. 47). Tanto a capacidade de repressão das autoridades/desafiados quanto as brechas (janelas de oportunidade) encontradas pelos desafiados do sistema são fatores essenciais para a definição dessas variáveis. Do mesmo modo que a criação ou apropriação de estruturas de mobilização já existentes.

A produção tillyana, desde os anos de 1970, já englobava as noções de estrutura de oportunidade política e estruturas de mobilização, a noção de repertório (conceito emprestado da música) foi então formulada por Tilly para ir além desses e designar as formas de fazer política em diferentes contextos. O conceito ressalta a lentidão da temporalidade das estruturas culturais ao mesmo tempo que abre espaço para a agência dos indivíduos que deveriam continuamente analisar as oportunidades e ameaças para decidir como agir (ALONSO, 2012 pp. 21-22).

É importante ressaltar que, mesmo em Tilly, a ideia de repertório não é fixa e única, o próprio autor a modifica ao longo dos anos e de suas experiências além das adaptações de outros/as autores/as nos mais diversos contextos, adquirindo novos usos e enquadramentos. (ALONSO, 2012 p. 22). Reconstruir as noções tillyanas para ideia de repertório pode nos ajudar a entender como tal conceito é empregado por outros/as autores/as, assim como a refletir sobre a ideia por trás desse, podendo (re)adequá-la para outras formas de entendê-la e vivenciá-la. Nos próximos parágrafos, utilizaremos o texto de Ângela Alonso (2012) para apresentar três fases distintas do entendimento de “repertório”.

A primeira fase do entendimento de repertório por parte desse autor diz respeito a um repertório de ações coletivas que buscava rechaçar as explicações deterministas, economicistas e psicossociais das ações coletivas e tinha um viés estruturalista. Dois eixos de estudo ganhavam força: a relação entre mudanças de repertório, social, econômica e política e também o uso de repertórios de acordo com as oportunidades políticas (Tilly, apud Alonso, 2012 p.23).

A ideia de limitação e de amplitude se fazem de forma não paradoxal nesse entendimento de repertório. Por um lado esse é um conjunto finito de ações políticas que foram inventadas historicamente, por outro abarca diversas culturas de uma mesma época. (ALONSO, 2012 p. 22-23).

O entendimento de repertório como conjunto de formas de ação inclui uma certa familiaridade para aqueles/as que dele compartilham e uma estranheza para “estrangeiros”. Sua mudança é lenta e relacionada às transformações sociais (o repertório muda por “rotinização”), adiciona-se novas formas, exclui-se as menos eficientes e mantém-se as entendidas como bem-sucedidas. O foco, no primeiro momento, se dá na relação de escolha das formas de ação que se apresenta como contingente, depende do contexto, dos interlocutores, do nível e do tipo de ação, focalizando-se a existência de padrões compartilhados de ação coletiva (valor nas dimensões estratégicas). (ALONSO, 2012, pp. 23-24).

Bringel contribui para esse debate ao apontar que há, por parte dos grupos civis organizados, uma forte valoração das respostas e posicionamentos dos governos e da criação dos Estados, o que possibilita que análise dos movimentos sociais se ligue fortemente as interações desses com o Estado e ao sistema político (abordagem estática, visão minimalista dos movimentos, entendidos, muitas vezes, como campanhas ou exclusivamente como reivindicadores de demandas coletivas às autoridades). Dessa forma haveria uma dificuldade de se criar um modelo interpretativo que seja abrangente. (BRINGEL, 2012, pp. 49-50).

A segunda fase, referente a produção de Tilly já nos anos de 1990, teve um foco maior na dimensão simbólica e restringiu a noção de repertório de ação coletiva para repertório de confronto. Os repertórios tillyanos funcionavam como partes de determinada estrutura de conflito, sendo sempre compartilhados entre os grupos. A interação ganhava força e passava a atuar como ponto-chave, diminuindo a influência de ideias isoladas. Para se manter um repertório é necessário companhia, esse se desenrola entre pares de atores. Repertório é, nesse momento (1995), visto por Tilly como linguagem estruturante, conhecimento social, acordos e memórias compartilhados que ganham vida quando são utilizados. É delimitador das rotinas já existentes ao mesmo tempo que permite que os atores usem suas estratégias para optar por quais usar e quando (grupos opostos, por exemplo, podem ter a mesma disponibilidade de rotinas a serem utilizadas mas se utilizam de

estratégias diferentes para a utilização dessas – estratégias que atendem a seus anseios particulares). O caráter limitado do repertório ainda se faz presente, inovações são possíveis mas o rompimento completo com formas antigas é difícil. (ALONSO, 2012, p. 24-26).

Em sua terceira e última reformulação do entendimento de repertório Tilly aproxima-se de um embasamento culturalista. Concentra-se, ainda, em uma teoria do confronto político e abre um espaço maior para a “agência” nas interações conflituosas (TILLY apud ALONSO, 2012, p. 28). A ideia de repertório de confronto como conjunto de performances passível de variações aparece já nos anos 2000 e, diante disso, duas faces da performance, uma modular que garante estabilidade e reconhecimento, independente do espaço, e outra que agrega símbolos singulares ao uso, tornando todo protesto diferente um do outro. A performance acaba por substituir as rotinas como unidade de repertório, o interesse em analisar as performances em detrimento de discursos permanece, para Tilly é impossível separar sentidos de práticas. Há, a partir daí, um entendimento de roteiros (scripts) compartilhados, caráter agrupado e aprendido e também individual e inovador (ALONSO, 2012, p. 27-30).

De acordo com Alonso, para Tilly os detentores de poder (aqueles que detêm a força política e/ou econômica e/ou social em determinado momento) focalizam em repertórios considerados rígidos, ou seja, que já deram certo no passado, não havendo, portanto, muito espaço para inovações. Os desafiantes, por sua vez, buscam repertórios flexíveis e fortes, a inovação lhes é um ganho. Em períodos de mobilização e desmobilização algumas inovações podem se fazer menos presentes, desaparecerem ou ganharem força. É importante que entendamos repertório como disputa, como política, a transferência desses se dá de forma relacional e é disputado pelos agentes envolvidos em interações conflituosas. A transferência também tem embasamento histórico e culturalmente enraizado, tendo a tradição um forte peso, além dos condicionamentos do ambiente em que os indivíduos em questão estão envolvidos (estruturas de oportunidade). (ALONSO, 2012, pp. 30-31).

De acordo com Tilly as pessoas não agem coletivamente de forma abstrata para influenciar estruturas como a política e/ou o mercado. Grupos específicos e ações específicas são ativadas nas ações coletivas, visando objetivos comuns. Em qualquer tempo o repertório disponível de ações coletivas é limitado. Dessa forma, possível destacar duas principais dificuldades para pensar sobre as escolhas de repertórios: quais formas de ação estão a disposição do grupo e a adequação relativa/eficiência dos meios que o grupo usa realmente e dos meios alternativos que estão disponíveis. Grupos similares em situações similares por vezes acabam por usar diferentes formas de ação coletiva e o significado dessas se altera e se espalha de um grupo para outro. (TILLY, 1997, cap. 5).

Tilly e Tarrow são responsáveis por uma produção teórica (norte-americana) que, mesmo não sendo homogênea, altera e rompa, em algum grau, com o que fora produzido até então sobre dinâmicas de mobilização, negociação e confronto das ações coletivas. A dicotomia entre ação e estrutura vem sendo questionada por essas teorias e maneiras mais fluidas de lidar com ela se fazem presentes (valorização da capacidade criativa individual assim como dos fatores históricos estruturantes) Os culturalistas, entretanto, ainda entendem a visão de Tilly e de Tarrow como estruturalista demais, apesar de as mudanças apontadas por Alonso e Botelho em sua entrevista com Sidney Tarrow. (ALONSO e BOTELHO, 2012, pp. 11-12)

O contexto influencia diretamente na análise, não é possível fazer constatações ignorando o espaço geográfico, político, social e econômico. Nesse sentido, Tilly aponta algumas questões importantes ao se pensar o contexto americano e, dentro dele, a América Latina e a América do Norte, ressaltando a importância de se considerar as políticas de controle social e o papel dos agentes de repressão, que seriam os principais responsáveis tanto por começar como por terminar uma ação violenta. (TILLY, 1997, cap. 6).

Na linha de pensar as ações coletivas de acordo com o espaço geográfico que essas e os movimentos sociais pertencem Bringel faz uma crítica à hegemonia da preocupação com o tempo (nas teorias de ações coletivas ocidentais). O autor entende que essa fez com que o pensar sobre os “espaços de protesto” ficasse defasado, a dimensão geográfica e ressalta que as oportunidades políticas devem ser consideradas de acordo com suas diferentes localizações.(BRINGEL, 2012, p. 54). A importância do conhecimento localizado para o entendimento dos movimentos sociais latino americanos (importância de uma visão territorial e relacional dos espaços) é ressaltada por Bringel.

A ideia geral que perpassa as ciências sociais é a de espaço como apenas um contexto, um plano de fundo, sendo seu caráter de construção social ignorado, a base física deve ser pilar para a compreensão da realidade social. (LEFEBVRE, 2001, pp. 51-55)

Tilly, por exemplo, não enxerga a história e o tempo como meros contextos, esses seriam fundamentais para o entendimento dos processos. O mesmo deveria acontecer com o espaço e o lugar (deveriam ser entendidos como esferas de luta e elementos definidores dos movimentos sociais e das ações coletivas).

Um exemplo de outra forma de pensar o conceito de repertório, que inova ao mesmo tempo que não rompe com o proposto por Tilly, e que adapta conceitualizações de acordo com uma vivência do sul e latino-americana, é a teoria proposta por Federico Rossi. O autor tem o estudo sobre o movimento dos “piqueteros” na Argentina como objeto empírico de muitos dos seus trabalhos e foi a partir desse grupo que compreendeu que há performances de movimentos sociais, que são parte fundamental da sua estratégia política, e que não podem ser entendidos no conceito

tillyano de repertório de conflito.

Rossi propõe dois conceitos para o estudo de uma lógica dupla de interação, objetivando contribuir para uma compreensão mais profunda dos processos estratégicos e de execução, que são historicamente enraizados e coletivos (vai além da ênfase exagerada no que diz respeito à dimensão contenciosa). Os conceitos propostos são “repertoire of strategies” (repertório de estratégias) e “stock of legacies” (estoque de legados) e complementarizam a noção tillyana de “repertórios de conflito”. As performances públicas identificadas como “repertórios de conflito” podem ser entendidas como epifenomenais, o que não justifica uma redução da análise a microtáticas. A história completa, por sua vez, é construída pelas estratégias múltiplas e simultâneas que orientam e dão significado a cada ação tática desempenhada pelos coletivos que constituem um movimento. (ROSSI, 2015, pp. 2-4).

A definição de Tilly para repertório de conflito/contencioso perpassa a ideia de um conjunto limitado de ações com base em escolhas pautadas em processos de deliberação que baseiam-se no o conjunto de relações sociais e em padrões recorrentes com base no capital social e cultural acumulados através das lutas. Rossi, por sua vez, ressalta que tal conceituação não é capaz de explicar aspectos cruciais das dinâmicas de interação dos movimentos sociais, como: situações não contenciosas e aquelas que não chegaram a acontecer, mas que foram planejadas e interagem de forma direta com as ações dos movimentos. A imagem completa da dinâmica de interação dos movimentos sociais com o Estado, aliados e antagonistas emergem se ampliarmos nosso alcance para além da dimensão controversa e pública dos movimentos sociais. (ROSSI, 2015, pp. 11-12).

“Repertoires of strategies” seria um conjunto historicamente limitado de opções disponíveis para a ação estratégica não teleológica em público, semipúblico ou ambientes privados e difere em três principais aspectos dos repertórios tillyanos: é mais dinâmica, não é unicamente contenciosa ou pública (podendo ou não ser) e é definido por mudanças de curto a médio prazo no contexto político. Tal formulação ressalta a importância de se atentar para os legados históricos (preocupação já expressa também, em alguma medida, por Tilly, Bourdieu, Taylor e Van Dyke) e contribui para melhorar a conexão analítica entre vários tipos de ações simultâneas pertencentes ao mesmo ator, o repertório de estratégias tem uma origem histórica e tradição que pode explicá-lo, ao mesmo tempo que é redefinido por outros atores provenientes de diversas posições ideológicas e diferentes momentos históricos. (ROSSI, 2015, pp. 14-15).

Os dois repertórios estão inter-relacionados, mas que têm diferenças cruciais que permitem explicar os fenômenos diferentes. Além disso, cada micro e diário trade-off só pode ser significativo quando visto como parte de um repertório de estratégias e/ou um repertório de conflito, o contexto específico em que esses repertórios são usados, e a perspectiva para o futuro que elas implicam. Se

limitarmos nossa análise para as dimensões públicas e contenciosas dos movimentos sociais, vemos menos de metade dos quadros. (ROSSI, 2015, pp. 32 e 38).

A identificação de um repertório predominante das estratégias permite a identificação de elementos fundamentais para um movimento social que não poderiam ter sido percebidos no traçado de sua narrativa. Em primeiro lugar, permite-nos explicar o que está acontecendo quando o repertório de conflito não é implantado, narrando um processo muito mais dinâmico e rico de ação estratégica do que é possível através desse conceito isolado. Em segundo lugar, abre-se a porta para analisar a complexidade interna do movimento. Esta riqueza interna não fica tão evidente quando a análise se dá exclusivamente se reduzindo a abordagem de Tilly. E, em terceiro lugar, a conceituação de tomada de estratégia ajuda a fechar a lacuna na literatura movimento social entre uma abordagem que propõe a análise micro de trade-offs táticos e a análise macro de repertórios de conflito. Em vez disso, oferecem uma compreensão coletiva e historicamente enraizada de tomada de estratégia. (ROSSI, 2015, p. 39).

Os conceitos de “repertoire of strategies” e “stock of legacies” ajudam a diminuir a distinção artificial entre as políticas controversas e de rotina, entendendo as ações como interações dinâmicas que envolvem o uso seletivo de estratégias baseadas em legados herdados que limitam a percepção de opções disponíveis. Desta forma, a abordagem de Tilly pode ser complementada na análise das ações estratégicas dos movimentos sociais ao longo do tempo. (ROSSI, 2015, p. 40).

Outra abordagem que pode complementar e ampliar a de Tilly é a proposta de Collins de valorização das experiências vividas e de como essas podem passar a construir categorias de análise sociais, ressaltando a necessidade de os/as pesquisadores/as não tratar-se como sujeitos de um objeto a ser estudado, sendo essa linha mais tênue e menos rígida do que é usualmente colocado. Tal ideia fomenta um cuidado especial que deve-se ter em abordagens positivistas, uma vez que essas buscam criar descrições da realidade através de generalizações objetivas que costumam excluir todas as características humanas, exceto a racionalidade, sendo essa supervalorizada e fazendo da ciência genuína algo inalcançável. O desprendimento dos valores e interesses de situações únicas (como classe, raça, sexo, gênero) faz com que os pesquisadores atuem como observadores desprendidos e manipuladores, como se não estivessem, em alguma medida, relacionados com o meio social estudado (COLLINS, 2000, pp. 251-271).

Da violência

O conflito entre desafiantes e autoridades é parte comum das sociedades, está inscrito em suas estruturas. No que diz respeito à teoria política contemporânea, no entanto, de acordo com

Miguel, o papel do conflito não é central e o destaque tem ficado para o consenso. (MIGUEL, 2015, pp. 30-31). A centralidade do consenso tem como grandes expoentes John Rawls e Jurgen Habermas, ambos apreciadores da razão humana e exploradores de seus limites. A crença no fato de que nas circunstâncias adequadas a razão humana seria capaz de orientar-nos em direção a uma plena vivência comum e na superação de dilemas morais se faz presente na teoria dos dois autores que podem ser considerados fundadores da corrente deliberacionista da democracia pautando, dessa forma, grande parte da democracia liberal ocidental (tendo o consenso como valor a ser perseguido) (MIGUEL, 2014, pp. 15-17).

Ao se considerar o universo das dominações (parte importante do universo político) é possível constatar que a ideia de consenso é impossível de ser aplicada, visto que esse está sujeita às manipulações decorrentes das interações entre desiguais. A ordem estabelecida não é neutra e os grupos que estão por baixo no processo de dominação são incentivados pela reprodução das relações de dominação a ir contra a ordem. Mesmo aqueles espaços pré dispostos de ação coletiva foram conquistados sob a lógica da dominação. (MIGUEL, 2014, pp. 33-34). Diante disso reforça-se a necessidade de focalizar a violência quando se faz estudos sobre a política, não excluindo-a da análise e acabando por entender a política como um locus isolado do conflito e, conseqüentemente, da realidade social.

Mesmo que a política tente superar a violência para garantir a existência da vida comum, não é possível que a excluamos do debate ou que façamos teoria sem considerá-la. (MIGUEL, 2015, p. 32). Pensar as possibilidades de entendimentos positivos a respeito da violência, segundo Miguel, exigiria que se abordasse o sentimento de impotência por parte dos oprimidos diante de um sistema político impenetrável a suas demandas. De acordo com essa visão, não é possível agir segundo as formas consideradas aceitáveis pois seria endossar um sistema o qual não os engloba; se comprometer radicalmente com a mudança mostra-se, possivelmente, como única opção. Nem as sociedades consideradas democráticas escapam da lógica de reprodução de uma estrutura violenta e repressão de um contra-ataque violento. (MIGUEL, 2015, p. 37).

Estudar e analisar os recursos violentos utilizados pelos grupos oprimidos considerando que esses sofrem sistematicamente pela dominação da estrutura vigente no mundo moderno pode ser considerado como fator necessário. (MIGUEL, 2015, p. 38). Ao considerarmos a inserção social, política e econômica dos movimentos sociais e grupos civis organizados, por exemplo, se faz necessário que não fiquemos presos/as a uma aplicabilidade mecânica de modelos de ação desejáveis mas sim que consideremos o universo das dominações em nossas análises.

A complexidade da questão da violência se reflete na dificuldade de sua definição. Tilly, por exemplo, aponta que uma possibilidade seria tentar definir o que é entendido como

normal/esperado/legítimo por uma sociedade e a partir daí enquadrar os desvios como violentos. Essa abordagem, no entanto, como explicita o próprio autor, encara dificuldades em avaliar o estado normal e também afasta da análise a violência exercida por profissionais especialistas (como a polícia) encobrindo possíveis ações violentas por parte desses dentro da legalidade. Por outro lado, se nos voltássemos para os danos sofridos pelos particulares ou pelos objetos envolvidos nos depararíamos com a dificuldade de determinar como os direitos materiais deve ser entendidos. Em alguma ou outra medida a arbitrariedade estará presente nas definições de violência, uma vez que não há um acordo sobre o que chamar de violento. (TILLY, 1997, cap. 6).

A violência funciona, muitas vezes, como um “catchall” que inclui todas as variedades de protesto, militância, coerção e destruição condenáveis pelo observador em questão sendo, assim, um conceito diretamente relacionado a ideia de “violar” e que pode se referir ao uso da força ilegítima. Charles Tilly aponta a classificação de Grundy e Weinstein para violência, essa engloba tanto um entendimento da violência como o uso da força física sendo esse proibido pela ordem normativa que se presume ser legítima, quanto um entendimento de violência como privação de todos os direitos humanos já afirmados. De acordo com essa definição aqueles defensores da autoridade constituída prefeririam a definição mais estreita enquanto os oponentes a esses a definição mais ampla. Uma opção intermediária entre esses, entretanto tem sido a mais adotada por ambos os lados, seja por razões práticas ou políticas. (TILLY, 1997, cap. 6).

Institucionalizar o conflito, canalizá-lo em vias estruturadas e controladas é um importante meio de se evitar que a manifestação violenta desse apareça. A competição não é excluída, uma série de princípios e regras passam a ser seguidos permitindo uma convivência das diferenças. As instituições, assim como a forma institucionalizada de participação (as eleições), não são meios neutros de se expressar o conflito de forma não violenta. Esses possuem uma posição bem definida e que privilegia os interesses dominantes, reproduz hierarquias e condena aqueles que ousam desviar das regras. As eleições via sufrágio universal corroboram com a reprodução de tais hierarquias, uma vez que dão base para que se condene qualquer outro tipo de participação não institucional (protestos, barricadas, etc.), taxando-as como minoritárias enquanto a verdadeira vontade da população viria do resultado do processo eleitoral. (MIGUEL, 2015, pp. 37-39).

Ao tratar de violência Tarrow ressalta que essa pode ser considerada, histórica e atualmente, como a expressão mais perceptível da ação coletiva uma vez que é notícia fácil, preocupa os agentes mantenedores da ordem, atrai espectadores e tem baixo custo de ação (coordenação e controle). As formas de utilização da violência tradicionalmente consistiam na violência real ou potencial que mobiliza facilmente indivíduos isolados, estimula a fúria e integra tanto alfabetizados quanto analfabetos. A violência é usada também de forma deliberada visando unir apoiadores,

demonstrar coragem e desumanizar os opositores. A facilidade do uso da violência, no entanto, não impediu que ela se tornasse pouco utilizada, quando comparada com outras formas de ação coletiva, nas democracias contemporâneas. Tal transformação diz respeito à ascensão no Ocidente de um Estado supressor da violência privada e controlador da violência organizada, detentor do uso legítimo da violência (TARROW, 2009, pp. 125-126).

Como argumenta Tilly, a violência coletiva deriva dos mesmos processos políticos que produzem ação coletiva não violenta. Não é por isso, entretanto, que a primeira seja a versão negativa da segunda ou seu subproduto desinteressante. A violência pode trazer e traz ganhos únicos para a ação coletiva, é capaz de torná-la ainda mais visível e autoridades, participantes e observadores acabam por fixar um registro mais intenso das ações, reações e observações. A violência coletiva serve, portanto, como um marcador de grandes alterações na ação coletiva como um todo e, por isso, devemos usá-lo com cuidado. (TILLY, 1997, cap. 6).

Ainda de acordo com Tarrow é possível entender a violência como uma função de interação entre as táticas/os meios de ação daqueles que protestam e o policiamento. A falta de espaço e o isolamento de determinados grupos poderia funcionar como motivação para a atuação violenta uma vez que não lhe restariam outros recursos. Algumas ações violentas acabam por se tornar ritualizadas e habituais. Um efeito típico da violência é a polarização, quando essa é utilizada aqueles envolvidos (mesmo que expectadores) passam a ter que tomar um lado. Os movimentos sociais têm, portanto, a ameaça de violência como um grande poder. Esse, no entanto, deve ser medido e utilizado com cautela visto que pode afastar possíveis aliados e incentivar a formação de uma forte oposição a favor da paz e também o aprendizado sobre como combater determinadas ações violentas. (TARROW, 2009, pp. 126-127).

De fato, um debate interno presente nos movimentos é sobre a utilização ou não da violência. Impressionar por um lado e assustar por outro, a incerteza cerca os atores quando a única forma de ação possível é a violência. A possibilidade de repressão por parte das autoridades assusta os possíveis simpatizantes não violentos, a organização dos protestos se vê, dessa forma, em uma situação na qual a violência se faz importante como meio de ação mas ao mesmo tempo teme uma possível repressão a qual não seria capaz de conter, resistir ou vencer. A contemporaneidade democrática tem utilizado repertórios de ação coletiva não violentos muito devido a esses fatores. (TARROW, 2009, p. 128).

Diversas são as formas de ruptura com o sistema vigente. Uma de suas expressões se dá s por meio de ameaças de violência que possuem uma lógica indireta de impedir a realização da rotina dos alvos de oposição e fazer valer as reivindicações dos protestantes. Não necessariamente romper significa ameaçar a ordem pública e pode estar relacionado ao ambiente privado (ex.:

rompimento por parte do movimento feminista para com o entendimento tradicional de família) (TARROW, 2009, p. 128).

As formas convencionais de ação coletiva são, em comparação com as não convencionais/inovadoras, mais utilizadas e muito disso se deve ao fato de que os indivíduos estão familiarizados a elas e acabam por tê-las como primeira opção. As formas modernas de confronto relacionam-se a um repertório convencional conhecido e compreendido que possui baixos riscos e tem a potencialidade de atrair grande número de simpatizantes. A greve e as demonstrações são exemplos de como formas de confronto disruptivas podem se tornar convencionais, ação que antes era considerada violenta e ilegítima hoje é forma padrão de confronto (em muitos locais resguardadas pelas leis e aceitas socialmente). (TARROW, 2009, pp. 131-133).

Os processos de inovação são raros e difíceis de serem explicados, um dos principais processos é certamente o alongamento dos limites das formas de ação que já pertencem ao repertório e se dá de forma lenta e gradual, sendo um processo natural para as pessoas envolvidas. De acordo com Charle Tilly, os surgimentos e alterações dos repertórios de acordo com os grupos e os espaços dependem de alguns pontos comuns como os padrões de direito e de justiça vigentes, a rotina diária da população e sua organização interna, as rotinas acumuladas com ações coletivas anteriores e o padrão de repressão no espaço em que a população faz parte. Essas formas de direito e de justiça governam a aceitação ou não de diversos tipos de ação coletiva, não regendo, necessariamente, de forma particular a ação. A rotina diária da população importa pois afetam a facilidade com que uma ou outra forma de ação pode ser levada a diante. (TILLY, 1997, cap. 5).

A familiaridade é uma forte tática para execução de ações coletivas, quanto mais familiar determinado meio é, melhor acaba sendo sua execução. Essa, no entanto, é um simples fator no que diz respeito às escolhas possíveis entre as opções teoricamente disponíveis. A hipótese de Tilly é a de que os repertórios flexíveis (situação na qual mesmo o grupo tendo um forte viés, no que diz respeito a ações já utilizadas, a possibilidade de mudança não é descartada) são os mais presentes em grupos organizados. Os grupos menos organizados, por sua vez, tenderiam a agir de acordo com os repertórios já familiares. Segundo o autor é possível supor ainda que atores na mesma posição de poder por um longo período de tempo tendem a mover-se de uma forma flexível para um repertório mais rígido não sendo, entretanto, uma regra. (TILLY, 1997, cap. 5).

Experiências anteriores também contam, tanto os próprios sucessos e falhas quanto a observação de grupos semelhantes colaboram para a elaboração de repertórios. A repressão, do mesmo modo, afeta os repertórios de ação. Essa faz uma grande diferença nas ações de curto prazo uma vez que os grupos mais poderosos podem afetar tanto os custos relativos quando os retornos prováveis de diferentes formas de ação teoricamente disponíveis. O mesmo vale para as ações de

longo prazo, a fixação de altos custos para as ações pode acabar por eliminá-las. Quando uma forma particular de revolta ou de demonstração se espalha rapidamente, o que difunde não é o modelo do próprio comportamento, mas as informações que dizem respeito sobre os custos e benefícios associados a ação. (TILLY, 1997, cap. 5).

O século XX contribuiu para o repertório de ação não violenta em protestos e a ação direta não violenta ganhou força como meio de ação nos protestos ao redor de todo o mundo. O uso dessa ação como estratégia se espalhou ao longo do século e em locais onde ainda não estava teorizada e se adaptou de diferentes formas de acordo com o sistema no qual estava inserido (ex.: em sistemas autoritários os movimentos buscaram atuar com rupturas simbólicas, não impositivas). (TARROW, 2009, pp. 129-130).

De acordo com Maria J. Stephan e Erica Chenoweth é possível compreender resistência não violenta como um meios de ação civis sem ameaça ou qualquer uso de violência. A luta não-violenta ocorre fora dos canais políticos tradicionais, diferenciando-se de outros processos políticos não-violentos, como lobby e eleição. A resistência não-violenta estratégica pode ser distinguida também da não-violência por princípios (como religião ou ética) e também pode ser enquadrada como ação disruptiva. O impacto da ação violenta, já exposto aqui, é capaz de forçar transformações e produzir as mudanças desejadas, as autoras, entretanto, argumentam que a resistência não-violenta pode ter uma vantagem estratégica sobre a resistência violenta. Para corroborar com seu argumento essas apontam que em casos de campanhas não violentas a repressão pode se dar forma mais amena, ao se incentivar uma solidariedade interna entre os/as membros/as da campanha pode-se criar dissidência e conflitos entre os apoiantes do adversário, aumentando o apoio externo à campanha de resistência e diminuindo o apoio externo ao adversário. Estas dinâmicas seriam mais prováveis de ocorrer quando a violência de um oponente não é enfrentada com contra-represália violenta pela campanha de resistência e quando isso é comunicado ao público interno e externo. De acordo com Stephan e Chenoweth seria mais provável agregar apoio e força, assim como denunciar excessos por parte dos grupos que estão sendo questionados se as manifestações contrárias se dessem em forma de resistência pacífica. (STEPHAN e CHENOWETH, 2008, pp. 7-12)

As autoras ressaltam que as campanhas de resistência não violenta pareceriam mais abertas à negociações e, conseqüentemente, acordos que à beneficiassem poderiam ser realizados com mais facilidade. Um ponto importante de ser ressaltado diz respeito ao entendimento de não violência compreendido por Stephan e Chenoweth engloba ações disruptivas que são comumente entendidas como violentas, nos estudos dessas autoras o contraponto de ação não violenta seria ação armada (ex.: terrorismo) a não violência, dessa forma. (STEPHAN e CHENOWETH, 2008, pp. 13-14).

CAPÍTULO II – Sobre as ocupações

Da Proposta de Emenda à Constituição

No momento em que esta monografia estava sendo escrita, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) estava tramitando no Senado Federal como PEC nº 55 de 2016, antiga PEC nº 241 de 2016 na Câmara dos Deputados. Essa proposta é parte importante de uma série de medidas do governo de Michel Temer. Sua justificção se dá pela tentativa do governo de amenizar a atual crise fiscal brasileira, equilibrar as contas públicas e retomar o crescimento e a confiança. A proposta visa alterar o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para instituir um “Novo Regime Fiscal” (NRF) e constitucionalizar a política fiscal e orçamentária por vinte anos (nos próximos cinco governos presidenciais). Dessa forma, o orçamento seria congelado detendo-se a um reajuste vinculado a inflação do ano anterior como o único possível, sob pena para o descumprimento desse. (VIEIRA JUNIOR, 2016, p. 7).

Para o ano de 2017 o limite das despesas primárias equivalerá à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar e demais operações que afetam o resultado primário corrigida sob o percentual equivalente à taxa de inflação presente em 2016. Nos dezenove exercícios financeiros seguintes o limite das despesas primárias equivalerá ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo IBGE, ou de outro índice que vier a substituí-lo. (VIEIRA JUNIOR, 2016, pp. 8-9).

Inúmeras e diversas são as reações à proposta do Novo Regime Fiscal. Dentre seus opositores estão aqueles/as que acreditam que essa é uma tentativa de dar um peso maior à responsabilidade fiscal às custas de um déficit na responsabilidade social. O enorme impacto da proposta no país alinhado com a falta de discussão ampla e prévia sobre o assunto e as possíveis mudanças negativas no que diz respeito às questões sociais fizeram com que grupos da sociedade civil se mobilizassem. Em diferentes locais, espaços públicos foram ocupados por estudantes. As escolas secundaristas do Paraná, que tiveram suas primeiras ocupações já no início de outubro de 2016, foram, certamente, precursoras.

Além da PEC nº 55 de 2016 outros pontos são questionados pelos/as estudantes desde o início das ocupações. Esses são contrários também a Medida Provisória (MP) nº 746 de 2016 que trata sobre a reforma do Ensino Médio, altera a lei de diretrizes e bases da educação nacional atual e modifica o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. E ao Projeto de Lei “Escola Sem Partido” (PLS 193/2016), que parte de

um pressuposto de possível neutralidade e visa impedir que docentes tratem sobre suas preferências ideológicas, morais ou religiosas em sala de aula buscando não enviesar o debate (ação que, como já fora aqui exposto, é impossível)

Além do Paraná outros estados, escolas, institutos federais e universidades foram somando-se a causa. Em 31 de outubro de 2016 a Universidade de Brasília realizou assembleia deliberativa, com mais de mil estudantes, e se posicionou contrária a essas propostas do governo e favorável a ocupação da Universidade (antes mesmo dessa assembleia, que ocorrera no campus Darcy Ribeiro, estudantes da Faculdade UnB Planaltina (FUP) já haviam ocupado seu campus). A assembleia geral de estudantes da UnB também definiu que todos os cursos deveriam fazer assembleias internas para deliberarem conjuntamente ocupações, apoios e se eram favoráveis ou não às propostas do governo. Desde então uma série de ocupações dentro da Universidade começaram a ocorrer, blocos de sala de aula, institutos e a Reitoria foram ocupados por estudantes e alguns cursos entraram em greve estudantil. Até a conclusão desse trabalho foram quinze prédios ocupados no campus Darcy Ribeiro (Reitoria, Faculdade de Ciência da Informação, Bloco de Sala de Aulas Sul, Centro de Excelência em Turismo, Faculdade de Educação, Instituto de Artes Cênicas, Instituto de Artes Visuais, Instituto de Música, Instituto de Letra, Sala BT620, Faculdade de Arquitetura, Faculdade de Comunicação, Pavilhão Anísio Teixeira, Pavilhão João Calmon, Bloco de Sala de Aula Norte) (vide apêndice) e o campus da FUP.

Dos processos

As mudanças de oportunidade e de restrição política, colocadas por Tarrow como importantes fatores para analisar como surgem os movimentos sociais, modificam ou fornecem incentivos às pessoas. Cada um tem incentivos diferentes e uma mudança de conjuntura que altere as oportunidades (dando abertura ou restringindo-as) é capaz de colocar uma coletividade em ação, se engajando em um conflito. (TARROW, 2009, p. 101). Um Estado que seja fortemente rígido e repressor não necessariamente é ponto central de ataques por parte dos grupos organizados. A capacidade do Estado de excluir aqueles que não lhe agradam e ser rígido com quem tentar desestabilizá-lo pode ser forte o suficiente para manter o status quo. Tarrow aponta que os confrontos aparecem mais quanto maior os recursos disponíveis para que os desafiantes (do status quo) contrariem a submissão que lhes é imposta e encontrem oportunidades para fazer uso desses. (TARROW, 2009, p. 99).

O confronto político está, sob a análise de Tarrow, relacionado às oportunidades de mobilização. Ao mesmo tempo, é possível que os movimentos sociais/grupos organizados alterem

as estruturas de oportunidades, forçando uma reorganização dessas e possibilitem que outros atores se engajem. Além das mudanças de oportunidade, os repertórios de ação e também a identificação interna corroboram com a formação dos movimentos sociais (TARROW, 2009, pp. 105-106).

Alguns processos grupais seriam, de acordo com Eric Hirsch, importantes para se compreender a mobilização/os atos de protesto e, durante a pesquisa, foi possível identificá-los no processo de ocupação na UnB. O primeiro, a conscientização, que refere-se ao compartilhamento de símbolos e de valores que contribuem para o reconhecimento entre os atores seria, segundo Hirsch, um processo que ocorre com maior facilidade em espaços não-hierarquizados. (HIRSCH, 1990, pp. 243-245). Nessa linha, as ocupações estão sendo construídas de forma tal que todas as pessoas envolvidas tenham a possibilidade de se expressar em sua completude e compartilhar quaisquer problemas ou desafios que possam vir a surgir, tendo, na medida do possível durante a construção, a mesma importância e força.

A presença de movimentos sociais já estruturados, com planos de ação nacional e maior bagagem estratégica se faz importante mas os/as ocupantes buscam que esses não tomem a linha de frente e nem comandem os processos de forma hierarquizada. Os movimentos sociais têm importante papel como possíveis mobilizadores e direcionadores dos elementos emocionais e de injustiça presentes nos indivíduos em prol de suas lutas. Não necessariamente esses movimentos solidificarão a forma de mobilização, visto que essa é mutável e tem influência direta de diversos fatores internos e externos mas, a identidade política do movimento é capaz, em alguma medida, de dar corpo a organização. (TARROW, 2009, pp. 145-158). Não há um único modelo para organização de um movimento, uma vez que a heterogeneidade e a interdependência são grandes estímulos para ação coletiva e que os movimentos sociais raramente se apresentam sozinhos. (TARROW, 2009, p. 177)

O empoderamento coletivo, segundo ponto colocado por Hirsch, trata do processo no qual os membros do movimento percebem as potencialidades desse e as possíveis vitórias a serem conquistadas, mesmo em processos que desafiam as autoridades (HIRSCH, 1990, pp. 243-245). A permanência de ocupantes nos prédios da UnB mesmo diante de ameaças das instâncias superiores (como a reitoria e o Governo Federal) e da incerteza do futuro das ocupações reflete tal empoderamento, há uma crença, por parte de quem está ocupando, de que as ocupações resistirão e trarão vitórias, como a ameaça à aprovação da PEC ou à MP de reforma do Ensino Médio e ao projeto de lei “Escola sem partido”.

A polarização e o processo decisório coletivo são os outros dois pontos ressaltados por Hirsch. A polarização diz respeito a definição da identidade do grupo em contraposição a identidade daqueles que seriam os inimigos. Sendo esse um processo central no estabelecimento de conflitos.

(HIRSCH, 1990, pp. 243-245). Nas ocupações em questão, a identidade do grupo de ocupantes foi se concretizando em oposição a grupos atuantes na UnB, como a Aliança pela Liberdade, grupo de caráter liberal que geriu o DCE nos últimos cinco anos e que tem como base “a liberdade e o apartidarismo”¹; o Movimento Reação Universitária, que se coloca “contra a doutrinação e coerção ideológica, a favor da pluralidade de ideias e da liberdade de expressão, contrários a quaisquer formas de crime e discriminação e favoráveis a valorização da excelência acadêmica”²; e o Instituto Liberal do Centro Oeste, “organização também promotora de ideias liberais”³.

Tais grupos endossam o manifesto “#RespeitaMinhaAula”, com a justificativa de que as ocupações seriam invasões por parte de grupos autoritários que se negam ao debate e à diversidade de opiniões presente na UnB e que impedem o livre trânsito de pessoas e ideias. Sob o entendimento de que seriam contrários a qualquer método de ação política que resulte em violência e cerceamento da divergência, categorizando as ocupações nessa categoria, esses grupos ressaltam que debates políticos devem ouvir todos os lados e não interditar prédios e constranger aquelas pessoas que contraponham esse meio de ação. Esses posicionamentos explicitam o que já fora aqui colocado sobre a contradição da ideia de consenso. Quando há uma compreensão de que o universo da política é permeado por dominações e que, dessa forma, as interações se dão entre indivíduos e relações desiguais é possível perceber que a ideia de consenso não é aplicável e que se faz necessário analisar os processos de forma crítica e desconsiderar a neutralidade. Pensar espaços neutros seria, nesse contexto, ignorar o universo de dominações, ou seja, desconsiderá-lo em sua completude, (MIGUEL, 2014)

Esses acreditam também que são as ocupações (invasão sob seus entendimentos) que estão ditando quem pode e quem não pode acessar a UnB e deixam de lado o fato de que o acesso ao espaço universitário já é cerceado pelos recortes sociais. Estar presente em uma universidade com iluminação dos campi e ouvidoria precárias, com uma reitoria que não dialoga de forma aberta sobre a questão da negritude, que negligência a Assistência Estudantil e terceirização de serviços essenciais, como a segurança (presando, exclusivamente, pela patrimonial) já é ser impedido/a de ir e vir a muitos espaços. As ocupações, que extrapolam as questões da UnB, no que diz respeito aos anseios (atingindo o Governo Federal), não deixam de lado, entretanto, as pautas próprias da Universidade. Ocupar é, dessa forma, ir contra, além dos possíveis cortes nas despesas primárias (sendo a educação uma delas) a um projeto segregador de ensino. Ocupamos espaços que são

1 De acordo com a página no Facebook do grupo. <https://www.facebook.com/alianca.liberdade>. Acesso em 20/11/2016

2 De acordo com o site do grupo. <http://reacaouniv.wixsite.com/reacao>. Acesso em: 20/11/2016

3 De acordo com a página no Facebook do grupo. <https://www.facebook.com/ILCOLiberdade>. Acesso em: 20/11/2016

nossos contra uma lógica que tenta nos alienar deles. Mais do que ir e vir e ter aulas nas salas de aula é necessário que pensemos sobre o que será desses blocos e salas, o que ali será ensinado e de que forma os projetos do governo podem atingir quem ali circula (funcionários, docentes e estudantes).

“O que eles (oposição a ocupação) mais fazem é nos colocar como baderneiros que não tem o que fazer, acham que ocupação é uma coisa tranquila, que fazemos isso porque gostamos (...) mas não é assim, ocupar não é divertido, é trabalhoso, tem custos de tempo e cansaço (...) Nós que ocupamos não temos nem chance de dialogar com algumas pessoas que já acham que nós e nossas pautas estão erradas só pelo fato de estarmos ocupando” (Maria Angélica, ocupante e aluna de Ciência Política, entrevistada dia 18/11/2016)

Ao entender violência como qualidade das ações de acordo com os contextos a definição do que é ou deixa de ser violento passa a ser fruto de disputas políticas. (MICHAUD, 1989). No caso das ocupações da UnB essa disputa se dá entre quem entende as ocupações como invasões e daí como uma ação de cunho violento e, conseqüentemente, ilegítimo e quem as compreende como ações disruptivas e legítimas. O enquadramento da violência como algo exclusivamente negativo faz com que essa seja excluída da análise política e, como consequência, afasta a política da realidade social. (MIGUEL, 2015). É possível, nesse sentido, retomar a discussão de Stephan e Chenoweth (2008) a respeito da conceituação de ação violenta e não violenta, a ideia de ação não violenta como aquela que mesmo quando possui carácter disruptivo não faz uso da violência aberta. Se tomarmos esse conceito como referência o argumento da oposição às ocupações de que essas seria invasões violentas é invalidado.

Sobre a diferenciação entre ocupações e invasões, os/as entrevistados/as ressaltaram o carácter político das ocupações e como essas são pautadas em conteúdos concretos.

“Uma invasão é um ato de tomada de um lugar sem um conteúdo por trás, sem um propósito (seja ele de esquerda ou de direita). As ocupações não seriam invasões porque elas têm um propósito muito bem definido, um conteúdo cultural muito forte e que está sendo muito bem desenvolvido. As ocupações estão se articulando de uma maneira muito boa para difundir as propostas e fazer as pessoas pensarem uma nova universidade/escola/instituto, refletirem sobre a possibilidade desse espaço ser de um jeito diferente, do ensino não precisar ser difundido somente naquele modelo rígido de sala-professor-aluno. E os professores também estão envolvidos nisso, as ocupações, no geral, receberam várias aulas, atividades, oficinas ministradas por eles.” (Ivo dos Santos ocupante e aluno de Antropologia, entrevistado dia 23/11/2016)

Giovana, ocupante e aluna de Serviço Social, entrevistada dia 22/11/2016, ressalta o carácter político que envolver o ato de ocupar:

“Na minha opinião é um debate político mais do que semântico. A ocupação é reivindicada como ocupação por quem crê que essa é legítima, no caso por nós aqui na UnB que estamos ocupando e por pessoas que são solidárias a nós. Pessoas que são contrárias vão chamar de invasão, em sua esmagadora maioria (...) É uma discussão sempre muito mais política do que de diferença (entre as palavras ocupação e invasão). Sempre quem discorda vai considerar o movimento ilegítimo, vai considerar uma invasão, seja uma ação do MST, seja ocupação de escolas, seja o que for.”

O processo decisório coletivo, último ponto colocado por Hirsch, refere-se a importância de se adotar formas nas quais seja a coletividade quem decida como uma unidade os rumos que o movimento vai seguir. A participação nos processos decisórios gera compromisso por parte dos membros e permite que mesmo que um ou outro não concorde com a decisão tomada coletivamente a aceite pois compreende que esse processo se deu de forma que engloba a vontade de muitos de seus companheiros e companheiras. (HIRSCH, 1990, pp. 243-245). No OcupaUnb assembleias acontecem com bastante frequência, tanto nas ocupações em separado (em cada espaço ocupado) quanto de forma coletiva entre todas as ocupações. São essas que definem os processos e os rumos do movimento garantindo que as decisões ocorram de forma coletiva.

Da desilusão

A Constituição Federal de 1988 instituiu formalmente a questão da participação da sociedade civil. Um processo de alargamento crescente de democracia foi se desenrolando com a criação de espaços públicos e o aumento da participação dessa nos processos de discussão e deliberação de políticas públicas. Tais processos podem ser considerados frutos das lutas dos anos 80 pela expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia, projetos advindos da oposição ao regime militar por parte da sociedade civil. Dentro da heterogeneidade de atores que formam a sociedade civil, os movimentos sociais se destacaram e cumpriram um papel fundamental. Os anos 90 foram marcados pela aposta na possibilidade de ação conjunta entre sociedade e Estado (o que em décadas anteriores não era possível). O governo Lula, no início dos anos 2000, incentivou que se estendesse para o âmbito do Estado (uma vez que a democracia formal já estava reestabelecida, as eleições normalizadas e a reorganização partidária efetivada) formas de participação por meio de Conselhos, Conferências e Orçamentos Participativos instituídos por lei, por exemplo (DAGNINO, 2004, pp. 95-96).

Os diversos atores que compõem a sociedade tornam-na intrinsecamente heterogênea, o que acarreta em uma diversidade de táticas, pensamentos, projetos políticos, ações e formas de se relacionar com o Estado. Uma dualidade total entre Estado e sociedade civil, mesmo que nem

sempre considerada, permeia o pensamento que coloca o Estado como detentor de todo mal e eternamente culpado pelas mazelas sociais, enquanto a sociedade civil seria sempre boa e virtuosa. A ampla diversidade social e política, no entanto, rejeita tal dualismo e ressalta que a sociedade civil pode contar com atores antidemocráticos uma vez que é extremamente complexa e há em si diversos conflitos. (DAGINO, OLVERA e PANFICHI, 2006, pp. 13-38).

De acordo com Tavares, o forte vínculo dos espaços de participação institucional com o Estado acaba por estabelecer regras que podem restringir, em alguma medida, a efetividade e seu alcance de decisão. Apesar de formalmente igualitários haveria, nesses espaços de participação, limitações que dificultam o acesso de novos agentes. A formalidade desses espaços tem como consequência, portanto, uma invisibilidade das desigualdades (sociais, políticas, econômicas) e um reforço do padrão opressor e desigual já operante estruturalmente (TAVARES, 2012, 58-63).

O Estado, no entanto, não deve ser visto exclusivamente como inimigo dos movimentos sociais/sociedade civil e nem como agente irrelevante. As relações entre estado e sociedade sob a ótica daqueles que optam pela ideia de sociedade civil deslocam a ação de grupos específicos (movimentos sociais) para multiplicidade da sociedade (diversidade maior de organização e grupos, sociedade civil) que caracteriza-se pelo desejo de comunicação livre e respeito mútuo além da autonomia da esfera pública. (ABERS, BÜLOW, 2011, pp. 54-59)

O descrédito das instituições formais e da participação política por vias institucionais se faz presente entre os/as ocupantes. Gustavo, ocupante e aluno de Ciência Política, entrevistado dia 22/11/2016, quando questionado se existiriam outras estratégias possíveis para serem adotadas, comenta que, caso ocupar não fosse a principal estratégia escolhida pelo grupo, certamente, seria alguma outra forma de ação direta e ressalta porque a escolha de ocupar foi feita:

“Outras estratégias? Têm. Mas penso em outras estratégias de ação direta não por meio de vias institucionais. Pelos meios institucionais a gente tá perdido. Existem outras formas pelas quais as pessoas conquistaram direitos, ocupar (escolas/universidades/institutos federais) não é única mas é a mais recente. E por ser a mais recente e que deu certo é a que pesa mais na memória das pessoas. Tem toda uma questão simbólica e de memória seletiva. Tem mais de mil escolas ocupadas, o que a gente faz na nossa universidade? A primeira opção que vem a mente é ocupar também, né.”

A escolha de como se manifestar, nesse caso, não abrindo mão das ações diretas, faz paralelo com o que fora colocado por Charles Tilly na década de 90: repertório como linguagem estruturante, conhecimento social, acordos e memórias compartilhadas. Os/as ocupantes têm como compartilhamento comum de estratégias ações disruptivas e essas acabam por ser as primeiras no conjunto de possíveis escolhas. (ALONSO, 2012, pp. 24-26). Federico Rossi, ao pensar repertórios

de estratégias e estoque de legados agrega a essa discussão a noção de que as ações dos grupos que se manifestam podem ser compreendidas como interações dinâmicas que utilizam seletivamente suas estratégias baseando-se em legados herdados que reduzem a percepção de opções disponíveis.(ROSSI, 2015, p. 40)

Segundo Pereira o questionamento sobre a neutralidade dos processos de participação institucionais se faz necessário. Em muitos desses espaços ocorreria uma exclusão sistemática de determinados grupos, diminuindo suas possibilidades de efetivamente compor o sistema democrático. Além da capacidade de acessar esses processos haveria também uma exclusão interna nesses. Mecanismos segregadores (ex.: modelo discursivo racional) poderiam atuar de forma tal a impor barreiras e impedir o acesso daqueles grupos que não detém os conhecimentos e competências necessárias (devido à hierarquização desses que faz com que uns sejam mais valorizados que outros). (PEREIRA, 2012, p. 73-74).

Em paralelo com essas mudanças trazidas pela Constituição brasileira de 1988, no que diz respeito a ampliação da participação social na esfera política, ocorreu também a implementação de ajustes neoliberais visando a adequação da sociedade ao modelo proposto pelo Consenso de Washington. Segundo Dagnino, uma *confluência perversa* entre esses dois projetos, que necessitam de uma sociedade civil ativa e propositiva mas que, ideologicamente, seguem direções antagônicas. Um medo dos movimentos sociais diante de tal perversidade reflete em questionamentos por parte desses sobre o fim que terá a sua participação na esfera institucional. A participação da sociedade civil em instâncias de decisão como forma de aprimorar e aprofundar a democracia pode servir justamente a um projeto neoliberal antagônico a essa ideia. (DAGNINO, 2004, pp. 96-97).

A ideia de que é necessário fortalecer os atores da sociedade civil e incentivar formas não convencionais de fazer política são ações fundamentais para que o poder se disperse (na medida do possível) entre um número maior de espaços e de pessoas permeia esse trabalho. Levar a democracia para além dos locais formalmente estabelecidos é aprimorá-la. A profundidade dessa aumenta a medida que atores e demandas ocupam espaços públicos e se fazem ali presentes. Não é possível inferir que todos os grupos que desejam participar da política tenham a possibilidade, a disponibilidade ou queiram estar em espaços institucionais e deliberar em conjunto com o Estado. Outras vias de ação política são essenciais para a complementação dessa. Espaço para que haja manifestação e provocação social são essenciais para promover transformações que aproximem a democracia dos ideais de justiça (AVRITZER E COSTA, 2004; PEREIRA, 2012, pp. 77-78, 84).

Foi recorrente nas entrevistas a menção a ação de ocupar a universidade por ser aquela atitude, dentre as disponíveis, aquela de maior impacto. Ao ocorrer a ocupação dos prédios, tanto as aulas como a burocracia institucional são, em alguma medida, paralisadas. Altera-se a rotina de

estudantes, docentes e funcionários, permite que esses reflitam e discutam sobre o ocorrido e, como consequência, abordem a temática do porquê as ocupações estão ocorrendo e pensem de forma mais profunda e crítica que o usual. É comum que no nosso dia a dia nos deixemos ser captados pelos problemas imediatos e as necessidades de resolvê-los, gastando pouco tempo com reflexões sobre o contexto geral do país e de como, além de nós, outras pessoas podem ser afetadas por determinados projetos governamentais.

Giovana destaca como as ocupações podem nos ajudar a pensar novas formas de se organizar e possibilidades de transformar o sistema em que vivemos, além de apontar também seu entendimento do porquê ocupar e a importância de agirmos através de diferentes vias:

“Acredito que o principal seja que, mesmo se a ocupação não atingir exatamente seus objetivos, mesmo que a gente não barre a PEC (nº 55), embora eu queira, claro, as ocupações podem mudar muito a vida dos/as ocupantes no sentido de ver o poder popular sendo construído. Vendo que não é inatingível. Sim, é bem mais difícil tomar decisões coletivas e estar em assembleias longas do que votar de quatro em quatro anos, mas, ao mesmo tempo, é incrível ver que é possível uma autogestão, um autogoverno, uma horizontalidade”

“Eu acho que ocuparmos a UnB tem a ver com um levante nacional (...) Tem a ver com pegar essa crista da onda, que é uma coisa que acontece sempre em movimentos sociais. Acho que a gente tá tentando lutar por todas as formas. Cada um faz do jeito que acredita. Acho que existem pessoas corretas em partidos. Que existem pessoas de esquerda que estão partidarizadas ou sindicalizadas por diferentes razões e que elas também estão tentando lutar contra a PEC (nº 55), debater isso dentro do partido, do coletivo, do sindicato, das associações de moradores/as. Acho que ocupar tem muito a ver com fazer o que está nas nossas mãos, outras vias devem ser também utilizadas, cada um que compõe a luta contra as medidas retrógradas do governo Temer pode e deve utilizar dos meios que lhe são possíveis”

Os/as ocupantes entendem que um meio importante de transformação social no que diz respeito às medidas do atual governo seria debater a temática, trocar conhecimentos, ouvir diferentes pontos de vista sobre esses projetos e trazer à tona os motivos pelos quais acreditam que esses não corroboram com o ideal de um país mais justo, democrático e igualitário.

Da esperança

David Harvey (2012, p.60) ressalta que o instrumento mais efetivo de oposição seria o poder coletivo dos corpos no espaço público quando não se tem o acesso a outras formas de ação. Ocupar espaços como escolas, universidades e institutos federais é definir novas formas de organização e mobilização, processos que se iniciam nas mãos das/dos ocupantes e que delineiam novos caminhos

para expressar descontentamentos. As ações dos estudantes tanto na Argentina como no Chile nos últimos anos podem ter funcionado como inspiração e exemplo para as ações brasileiras, em especial as primeiras ocupações de escolas secundaristas ocorridas em São Paulo no final do ano de 2015, nas quais estudantes ocuparam as escolas estaduais contra a proposta por parte do governo do estado de reorganização dos ensinos Fundamental II e Médio (sem que houvesse discussão ampla com a comunidade, estudantes e/ou professores) (GIMENES, 2016).

A escolha pelas ocupações como forma de protestar perpassa a ideia de um fôlego novo ao movimento estudantil (ME). Outras táticas, como tentativas de diálogos com o governo/Estado, atos, passeatas e trancamento de vias, por exemplo, foram bastante exploradas por estudantes nos últimos anos. Encabeçado durante um longo período pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e, como consequência, reproduzindo um padrão de atuação específico (ex.: menos disruptivo quando as entidades apoiam o governo), setores do movimento estudantil viram nas ocupações uma nova forma de gerar envolvimento. Muitos/as ocupantes viram nas ocupações um primeiro espaço para se engajar. Atores que antes não compunham o movimento passam a se informar, buscar entender e, em medida mais ou menos intensa, participar.

Durante as entrevistas, o tema da presença de diferentes pessoas nas ocupações se fez presente. Lucas, ocupante e aluno de jornalismo da Faculdade de Comunicação (FAC), entrevistado dia 19/11/2016, comenta a surpresa do engajamento em sua faculdade:

“Se você lê o pensamento que pauta a criação da Universidade de Brasília você vê que esse espaço foi criado para ser per pensativo, pra ser crítico, os prédios da UnB foram, inicialmente, construídos de forma tal que converge para o encontro de estudantes, não para segregação justamente pra se ter um debate político, um encontro de ideias. Isso é algo que morreu nos últimos anos da universidade (...) esse movimento que tá acontecendo é algo lindo, de reanimação da universidade (...) ocupando ou não o pessoal tá debatendo, tá formando opinião. Aqui na FAC, uma faculdade que não é tão engajada politicamente na universidade, tivemos assembleias com recorde de quórum, estudantes das quatro habilitações se uniram para pensar a FAC que queremos e debater a ocupação e ocupar.”

Ivo também pontuou a importância de quem ainda não compunha o movimento estudantil se engajar e se fazer presente nas ocupações:

“Além de conhecer muita gente que faz parte do movimento estudantil, acho que a gente consegue expandir essa consciência de mobilização. Ter em mente que se organizar como coletivo estudantil e fortalecer esses laços universitários é muito importante ... Muita gente que não tava nesse meio anteriormente passou (com as ocupações) a fazer parte desses ciclos, dessas rodas, desses debates e se politizou, teve noção de que essa consciência coletiva de mobilização é muito importante pra

alcançar objetivos dentro da universidade e fazer pressão no governo.”

As forças e entidades políticas não estão fora do processo, seus membros se fazem presente e essas dedicam seu capital financeiro, político e social a esse, no entanto, o protagonismo está, em boa parte, com pessoas que não possuem histórico longo de militância e/ou que fogem das formas tradicionais de atuação do ME.

Gustavo ressalta como o processo pode ser renovador e funcionar como fôlego novo ao ME:

“Apesar de a gente dormir mal e de nossa saúde mental ficar uma desgraça, temos a possibilidade, pelo menos aqui na universidade, de construir algo que a gente ache interessante, que a gente concorde e isso é um ponto positivo ... A gente passa um bom tempo na UnB achando que tá tudo desmobilizado, que é uma universidade muito conservadora ai acontece um negócio desse (as ocupações) e você vê que não era tudo isso, que tem mais gente pensando parecido. Dá uma esperança. Penso muito também nas questões das avaliações, quando a gente deflagra uma greve estudantil a gente pega um tempo que não era nosso e faz ser nosso.”

Dos caminhos

Dentre os espaços ocupados dois, em especial, podem ser categorizados como exceções às outras ocupações por irem além das pautas gerais (PEC nº 55, MP do Ensino Médio e Projeto “Escola sem Partido”): a sala BT 620, localizada na ala norte do Instituto Central de Ciências (ICC), e o Bloco de Salas de Aula Norte (BSAN). A ocupação do Quilombo, Diretório Negro da UnB, busca ser um espaço de empoderamento e centro de representação negra dentro da Universidade e funciona na sala BT 620. Em uma universidade pioneira na implementação de cotas raciais e com mais de 10 anos desse Sistema e resultados satisfatórios (Universidade de Brasília, 2013) ainda são pouquíssimas as pessoas negras que ocupam cargos de poder. A construção do Diretório Negro, espaço que possibilite encontros da comunidade negra no centro da Universidade, objetiva que estudantes negros tenham a representação garantida em todos os espaços de poder político e também um espaço físico garantido para a realização de reuniões e celebrações da presença (ainda escassa) desses na UnB. Para além disso, a articulação política autogestionada possibilita que a luta negra se fortaleça e busque melhores condições de vida perante o genocídio promovido pelo Estado às pessoas negras e/ou pobres⁴.

Dentre as principais reivindicações desse grupo de ocupantes, encontram-se: o reconhecimento do Diretório Negro como componente político da UnB, o aumento e a melhoria das

4 De acordo com a página no Facebook do grupo. <https://www.facebook.com/quilombounb>. Acesso em: 20/11/2016

políticas de ações afirmativas, a construção de um Centro de Convivência Negro que seja digno e respeitado, a valorização da assistência estudantil e das políticas de permanência, o aumento do número de discentes, docentes, pesquisadores/as e técnicos/as negros/as e de periferia, o fim da agência da Polícia Militar (PM) nos campi, a presença maior de pessoas negras em espaços de tomada de decisão, mais autores/as negros/as nas ementas de todos os cursos, mais cursos com temáticas centradas na população e o enfrentamento do racismo institucional⁵.

A ocupação do BSAN caracteriza-se pela sua composição ser exclusivamente de mulheres. Dentre as pautas encontra-se o fim do machismo e da misoginia institucional que silencia e mata estudantes e funcionárias dentro e fora dos campi. Além disso, as ocupantes lutam pela realização de ações necessárias para a permanência das mulheres na universidade: creches gratuitas, fraldários, segurança especializada, iluminação de qualidade, ocupação dos espaços e jardinagem regular, ouvidorias com funcionamento de qualidade, entre outros⁶.

Provocar uma reflexão sobre o bem-estar e a presença das mulheres na UnB e ir contra os retrocessos machistas do governo Temer são as principais pautas da ocupação. Só no ano de 2016 duas estudantes morreram vítimas de assédio por parte de outros homens da UnB. Em 10 de março, a estudante de biologia, Louise, foi assassinada, dentro do campus Darcy Ribeiro, pelo seu ex companheiro, também estudante de biologia da universidade. Promessas foram feitas pela reitoria no que diz respeito a maior garanti da segurança das mulheres no espaço universitário, no entanto, não passaram de promessas. Durante a noite, por exemplo, horário em que a aluna foi morta, não houve melhora da iluminação em nenhum trecho do campus, a escuridão total toma conta dos caminhos que precisam ser feitos por estudantes, a presença de segurança especializada continua escassa ou inexistente, preza-se mais pela segurança patrimonial, com a presença da Polícia Militar no campus do que à integridade física e mental das estudantes⁷. Em 9 de novembro, Ariadne, estudante egressa da Faculdade de Direito desapareceu após revelar em carta publicada no seu *facebook* que sofria perseguição e assédio por parte de um de seus professores. Enquanto aluna e após formada fora perseguida pelo professor, que era também seu chefe no estágio. A perseguição se intensificou ao longo do tempo, fazendo com que Ariadne se mudasse de Brasília (o que não impediu que a perseguição continuasse). Horas após a publicação da denúncia o corpo da jovem fora encontrado no Mirante do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (65 quilômetros de Cuiabá, cidade para qual tinha se mudado)⁸.

5 De acordo com a página no Facebook do grupo. <https://www.facebook.com/quilombounb>. Acesso em: 20/11/2016

6 De acordo com a página no Facebook do grupo. <https://www.facebook.com/ocupadasminas>. Acesso em: 20/11/2016

7 <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/03/aluna-foi-morta-em-laboratorio-da-unb-por-afogamento-em-cloroformio.html>

As estudantes, incomodadas com o descaso da UnB e indignadas com a possibilidade de mais retrocessos com o pacote de mudanças do novo governo optaram por compor as ocupações e autogerir uma, provocando debates e expondo suas pautas que se expandem da UnB para a esfera nacional.

Ambas as ocupações têm caráter permanente e vão além das pautas das outras ocupações. Os/as ocupantes, no geral, não se restringem aos projetos que impactam nacionalmente o país, como a PEC 55, a MP do Ensino Médio e o projeto “Escola sem Partido”, apesar desses serem centrais na organização do movimento. Outros pontos como a democratização do ensino e a mudança da dinâmica da Universidade, para que essa atenda de forma mais eficaz as demandas de estudantes (iluminação e transporte de qualidade, atenção maior à assistência estudantil, atualização de currículos, etc.) também se fazem presentes. As ocupações do Quilombo e do BSAN propõem e anseiam, em curto período, práticas e ações por parte da Reitoria da UnB que, segundo os/as ocupantes, já deveriam ter sido tomadas.

Esses casos podem funcionar como exemplos do que já fora colocado por Tilly a respeito do uso dos repertórios de ação de acordo com as oportunidades políticas (ALONSO, 2012, p. 23). A onda de ocupações por parte do Movimento Estudantil entre 2015 e 2016 permitiu que esse grupo pensasse novas possibilidades de se organizar, ocupar já fazia, em alguma medida, parte de seu repertório, mas a grande proporção que as ocupações atingiram funcionaram como oportunidades políticas. Ocupar prédios da universidade com pautas para além das gerais das atuais ocupações é reflexo do aproveitamento de janelas de oportunidades, o momento pareceu propício para que esses grupos se juntassem às ocupações e reivindicassem suas próprias questões relacionadas à UnB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática de ocupação de prédios da Universidade de Brasília, em especial do prédio da reitoria, é comum no movimento estudantil da universidade. Alguns casos foram marcantes, como a ocupação de 2008, que foi motivada pelas denúncias de desvio de verba pública por parte da administração superior e teve como pauta a saída do reitor, Timothy Mulholland, e do vice-reitor, Edgar Mamiya, a dissolução do conselho da Fundação Universidade de Brasília (FUB) e a convocação de novas eleições diretas e paritárias imediatamente. Em 2011 estudantes ocuparam a reitoria com demandas relacionadas à Assistência Estudantil. Em dezembro de 2015, já sob inspiração da onda de ocupações secundaristas, a reitoria foi também ocupada, tendo como principais pautas: descongelamento das bolsas de assistência estudantil, pagamento imediato dos/as funcionários/as terceirizados/as, readmissão de 100 terceirizados/as demitidos/as naquele ano (muitos próximos de se aposentar) e pagamento do retroativo dos editais 2/2015 abertos com atraso. Além dessas, outras muitas ocupações ocorreram, tanto no espaço da reitoria quanto em outros. Muitos dos espaços físicos dos Centros Acadêmicos (CA's), por exemplo, foram conquistados através de ocupações de salas por parte de estudantes.

Em um contexto excepcional como o que estamos vivenciando em 2016, com a deposição da presidenta e a posse do vice-presidente, que implementa um programa de governo completamente diferente daquele que ganhou as últimas eleições, as ações dos movimentos sociais também se adaptam. Com o movimento estudantil não seria diferente. As experiências acumuladas por esse grupo se uniram ao momento político/econômico incomum e ganharam amplitude massiva. Na UnB um número grande de prédios foi ocupado simultaneamente por estudantes e autogerido por esses, algo inédito na história recente da universidade.

A heterogeneidade dentre os/as ocupantes não impediu que se organizassem diante de pontos comuns e debatessem amplamente suas formas de ação e estratégias. Tanto os pontos positivos quanto negativos das ocupações foram discutidos por quem delas participa, outras formas de agir foram também utilizadas simultaneamente (apuração do trâmite dos projetos na Câmara dos Deputados e no Senado e atos em frente ao Congresso Nacional, por exemplo). Pelas entrevistas foi

possível perceber que os/as ocupantes observam mais vantagens em ocupar do que desvantagens. Esses/as apontaram a ocupação como a opção, dentre o leque de ações disponíveis, mais viável e efetiva ao mesmo tempo. O poder de chamar atenção e paralisar as atividades seria extremamente positivo para trazer a tona os debates sobre questões fundamentais que estavam afastados na universidade. A última gestão do DCE, Aliança pela Liberdade, é criticada pelo esvaziamento do debate político na UnB. Sob um ideal de apartidarismo, a atenção aos pontos de caráter político foi deixada de lado. Um Diretório de Estudantes tem influência direta no dia a dia da universidade e dos/as estudantes, se esse não fomenta o debate o espaço para esse acontecer é minimizado e dificultado. No caso da UnB tornamo-nos, nos últimos anos, um espaço cada vez mais apolítico.

Entender o conflito como fator estruturante da vida social, assim como proposto por Charles Tilly, seria o primeiro passo para compreender as ações de grupos civis organizados na esfera pública e aprofundar o debate sobre violência e política. As formas pelas quais essas ações se dão podem ser expressadas pelo conceito tillyano de repertório, entretanto, não é possível que as limitemos a esse, em razão de que, como visto em Rossi e em Collis, por exemplo, existem outras performances de grupos civis organizados que extrapolam o conceito tillyano de repertório de conflito. O embasamento dado por esse conceito, todavia, foi/é muito importante para outras formulações teóricas. A própria ideia de repertório se alterou ao longo do tempo e contextos. A plasticidade do termo permitiu que diferentes interpretações fossem dadas a esse e que recortes geográficos e de temporalidade fossem feitos.

A política não é uma esfera neutra, sua compreensão deve envolver todo o universo das dominações. Pensar essa relacionando-a com o conflito e com a violência é englobar facetas que ali estão presentes, mas que são comumente ignoradas, uma vez que há um grande foco na busca por consensos (como se a política fosse feita exclusivamente por esses). Excluir as esferas conflituosas e violentas da política é tratá-la como área isolada da realidade social e esse trabalho corrobora por um fazer ciência localizado, que abranja as experiências sociais para além das hegemônicas e que seja politizado.

Reconhecer a importância do conflito na estruturação da sociedade não significa rejeitar as buscas por consenso em sua totalidade. Compreender que esse, em sua forma ideal, é inatingível não impede que busquemos mediações para os conflitos. No que diz respeito às ocupações, por exemplo, o desgaste é latente e os conflitos entre ocupantes se tornam mais frequentes, medidas para amenizar o desgaste e tornar o convívio (que se torna muito intenso em uma ocupação devido ao convívio intenso com as mesmas pessoas por longos dias e em condições não ideais – dormindo pouco, comendo mal, nervosismo e insegurança constantes, etc.) o mais agradável possível são essenciais para manutenção do movimento e das ocupações. Incorporar o conflito e a violência nas

análises e entendimentos de mundo e da política não significa, portanto, deixar de buscar formas de alcançar uma concordância de ideias.

No dia 24 de novembro de 2016, a nova reitora, Márcia Abrahão, tomou posse e é possível, para o movimento estudantil da UnB, vislumbrar caminhos mais abertos para as mudanças e uma menos repressão para com as ocupações. A base eleitoral estudantil da atual reitora consistiu, massivamente, em estudantes que estão ocupando ou que apoiam as ocupações. Dentre os/as servidores/as e docentes o apoio dado a Márcia seguiu-se de um apoio às ocupações estudantis. É importante ressaltar que mesmo em ambiente possivelmente mais amistoso ainda há resistência às ações dos/as estudantes e esses/as, mesmo corroborando com a proposta de gestão da nova reitoria, buscarão fazer valer seus interesses e ser combativos, se necessário. Novos caminhos estão postos, a eleição para DCE e Representante Discente se aproxima e uma das chapas é composta por ocupantes/apoiadores. Um projeto de UnB diferente do que estava sendo pautado nos últimos anos aparece como possibilidade e o movimento estudantil tem muito a aprender e a experimentar com esse novo cenário.

APÊNDICE

Mapa das ocupações na Universidade de Brasília campus Darcy Ribeiro



BIBLIOGRAFIA

ABERS, Rebeca.; BÜLOW, Marisa von. “Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?” *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 52-84.

ALONSO, Ângela. “Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito”. *Revista sociologia&antropologia* | v.02.03: 21 – 41, 2012

ALONSO, Ângela e BOTELHO, André. “Repertórios de ação coletiva e confrontos políticos: entrevista com Sidney Tarrow”. *Revista sociologia&antropologia* | v.02.03: 11 – 19, 2012

AVRITZER, Leonardo e COSTA, Sérgio. “Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina”. *Dados*, vol. 47, n. 4, 2004.

BRINGEL, Breno. “Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas nos estudos das ações coletivas e dos movimentos sociais”. *Revista sociologia&antropologia* | v.02.03: 43 – 67, 2012

COLLINS, Patricia Hill. “Black Feminist Epistemology”. *Black Feminist Thought. Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. Nova Iorque e Londres, Routledge, 2000.

DAGNINO, Evelina. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?”, 2004, En Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110.

DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: _____; _____; _____. (orgs.) *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. pp. 13-91.

DELLA PORTA, Donatella. “Repertoires of contention”. *Why Civil Resistance Works, The Strategic Logic of Nonviolent Conflict*. CHENOWETH, Erica & STEPHAN, Maria J. 2011. New York, NY: Columbia University Press

GIL, Antonio Carlos. “Métodos e Técnicas de Pesquisa Social”. Sexta Edição. São Paulo. Editora Atlas S. A. 2008

GIMENES, Camila Itikawa. “Ocupar e resistir: entre o político e o pedagógico nas escolas ocupadas”, Blog da Boitempo, 02 de novembro de 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/11/02/ocupar-e-resistir-entre-o-politico-e-o-pedagogico-nas-escolas-ocupadas/>. Acesso em: 09/11/2016

HARVEY, David. “Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis”. In: Harvey, David et al. Occupy!: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

HIRSCH, Eric L. “Sacrifice for the cause: Group process, Recruitment, and Commitment in a Student Social Movement”. In: American Sociological Review, vol. 55, n° 2, 1990, pp. 243-254.

LEFEBVRE, Henri. “O direito à cidade”. São Paulo, Centauro Editora, 2001

MICHAUD, Y. “A Violência”. São Paulo: Ed. Ática, 1989

MIGUEL, Luis Felipe. “Violência e Política”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 30, n° 88, junho/2015.

MIGUEL, Luis Felipe. “Consenso e conflito na teoria democrática: para além do agonismo”. *Lua Nova*, São Paulo, 92: 13-43, 2014.

MORAES FILHO, E. Simmel. São Paulo: Ed. Ática, 1983

PEREIRA, Marcus Abílio. Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 18, n. 1, Jun. 2012, pp. 68 – 87.

PIRES, Álvaro P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, Jean. et al. A Pesquisa Qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 43-94.

ROSSI, Federico M. “Conceptualizing Strategy Making in a Historical and Collective Perspective”. 2015. *Tulane University*.

STEPHAN, Maria J. e CHENOWETH, Erica. “Why Civil Resistance Works: The Strategic Logic of Nonviolent Conflict”. *International Security*, Vol. 33, No. 1 (Summer 2008), pp. 7–44

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009

TAVARES, Francisco Mata Machado. “Em busca da deliberação: mecanismos de inserção das vozes subalternas no espaço público”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 9, Brasília, set./dez. 2012, pp. 39-70.

TILLY, Charles. “From mobilization to revolution”. University of Michigan. Março de 1977

Universidade de Brasília. “Análise do sistema de cotas para negros da Universidade de Brasília. Período: 2º semestre de 2004 ao 1º semestre de 2013”. 2013.

VIEIRA JÚNIOR, R. J. A. “As Inconstitucionalidades do “Novo Regime Fiscal” Instituído pela PEC nº 55, de 2016 (PEC nº 241, de 2016, na Câmara dos Deputados)”. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, novembro/2016 (Boletim Legislativo nº 53, de 2016). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 1º de novembro de 2016.